

**OS PESQUISADORES DE ÍNDIOS E OS ÍNDIOS
PESQUISADORES:
A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE OS TERENA**

Vera Lúcia Ferreira Vargas

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Curso de História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
veraterena@gmail.com

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. Os pesquisadores de índios e os índios pesquisadores: a produção acadêmica sobre os Terena. *albuquerque* – revista de história. vol. 6, n. 12. jul.-dez./2014, p. 150-177.

Resumo: Este artigo tem o objetivo de traçar um painel de estudos sobre os Terena para mostrar como eles e suas relações com povos não índios foram percebidos e registrados, a princípio, pelos antropólogos, historiadores e demais pesquisadores das Ciências Sociais e como tal percepção, atualmente, vem sendo registrada nas produções acadêmicas realizadas pelos próprios pesquisadores indígenas inseridos nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras.

Palavras-chave: Mato Grosso do Sul; Terena; pesquisadores de índios; índios pesquisadores.

Abstract: This article aims to draw up a panel of studies on the Terena to show how they and their relations with non-Indian peoples were perceived and registered at the beginning by anthropologists, historians and other researchers of the Social Sciences and as such perception, Has been recorded in the academic productions carried out by the indigenous researchers themselves enrolled in the graduate programs of the Brazilian universities.

Key-words: Mato Grosso do Sul; Terena; researchers of Indians; Indian researchers.

O crescente índice de alfabetização dos povos indígenas nos dias de hoje justifica tomá-los como leitores potenciais de sua própria história registrada e relatada por terceiros, no caso, o antropólogo. Nesse sentido, devo dizer que tenho recebido pedidos de lideranças terêna e tükuna para enviá-lhes os livros que escrevi sobre eles, a despeito das eventuais dificuldades que possam encontrar em sua leitura. Esse é um fato que nos deixa – antropólogos – especialmente desafiados e, sobretudo, introduz um dado bastante novo se considerarmos que em passado não muito remoto “índios não nos liam...” Isso confere ao trabalho etnológico moderno uma nova responsabilidade, como aquela que surge com a abertura do leque de nossos críticos, não mais apenas acadêmicos e administradores indigenistas, mas agora os próprios índios, sujeitos da investigação antropológica¹.



análise de Roberto Cardoso de Oliveira² permite considerar que os Terena vivem um tempo de busca pelo conhecimento da história que foi escrita sobre eles pelos pesquisadores de índios. Tal situação provoca algumas reflexões referentes aos registros até então realizados sobre os Terena e como se posicionam diante deles. O crescente número de índios graduados nas mais diversas áreas do conhecimento, principalmente naquelas vinculadas à formação de professores, é notório entre os Terena. Essa realidade tem proporcionado uma nova produção acadêmica, realizada pelos próprios sujeitos da investigação- os índios pesquisadores, e tem contribuído para uma releitura de sua história. Através do registro de suas memórias, os Terena estão construindo e reconstruindo novas relações e alianças com a sociedade envolvente, que têm servido para respaldar e legitimar as reivindicações por direitos principalmente junto aos órgãos oficiais do Estado brasileiro.

¹ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tükúna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 13-14.

² Idem, *ibidem*.

Compreender que os índios são sujeitos de sua própria história, em diferentes tempos e contextos, remete a uma análise, ainda que sucinta, da produção bibliográfica realizada sobre eles, a partir do final do século XX. Com foco em novas abordagens teórico-metodológicas sobre as ações e as diversas relações que estabeleceram com a sociedade envolvente ao longo de sua história, o presente texto tem por objetivo traçar um painel geral dos estudos realizados sobre os Terena, pontuando como eles foram percebidos e registrados, a princípio, pelos antropólogos, historiadores e demais pesquisadores das Ciências Sociais, e como esses os povos dessa etnia se percebem e se inserem dentro dessas relações através da sua própria produção acadêmica realizada em programas de pós-graduação das universidades brasileiras.

A intenção não é trazer uma lista completa de autores e textos sobre os Terena, mas pontuar os trabalhos que foram significativos para o registro de sua história, enfatizando os séculos XX e XXI. Procura-se, com isso, evidenciar o renovado interesse dos pesquisadores pela história indígena e, dessa maneira, possibilitar a percepção das mudanças que ocorreram nas concepções teórico-metodológicas nas últimas décadas, mudanças essas que passaram a orientar os novos estudos produzidos a partir do final do século XX. Neles, os índios prevaleceram como sujeitos históricos; suas ações também são consideradas importantes para explicar os processos históricos que viveram, passando a ser compreendidas sob a forma de apropriação e ressignificação indígena. Essas releituras admitem uma nova compreensão sobre suas histórias como mostrou Almeida³.

Os pesquisadores de índios

Durante um longo período de tempo, a história indígena foi ignorada pelos historiadores bem como pelos demais pesquisadores sociais. No século XIX, os intelectuais responsáveis pelo registro da história nacional em desenvolvimento excluíram as populações indígenas de uma nova sociedade que surgia, corroborando com a “política indigenista do Estado no sentido de promover a assimilação dos índios integrando-os como cidadãos no novo Império em formação”⁴. Dessa forma, intelectuais e políticos extinguíam por meio de seus discursos, inúmeras identidades indígenas que, mesmo ainda muito presentes no novo Estado, foram ignoradas nos registros produzidos para alicerçar uma nova identidade nacional, onde não havia lugar para a pluralidade étnica. Nessa nova

³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 207.

ordem, os índios permaneceram como grupos ou indivíduos do passado, suas identidades foram diluídas dentro daquele processo que se desenvolvia, com o objetivo de acabar com as distinções étnicas existentes, bem como com os direitos dela decorrentes⁵.

Entre as intenções do Império brasileiro, constavam a posse e o controle das terras indígenas para atender as necessidades do desenvolvimento do capitalismo que se processava no Brasil. Nesse sentido, medidas foram tomadas sendo a principal delas a formação de aldeamentos para a permanência dos índios em território reduzido que não correspondia ao espaço que eles ocupavam. Além disso, a política indigenista incentivava e introduzia a presença dos não índios junto deles para depois se beneficiar da situação que havia criado e se apossar das terras em que os índios se encontravam, sob o pretexto de eles estarem “confundidos com a massa da população”; orientados por esse preceito, muitos aldeamentos foram declarados extintos das Províncias.⁶ Essas medidas atendiam as demandas do Governo, tanto no sentido de extinguir as identidades indígenas e a posse das terras onde se encontravam para torná-las propriedades particulares, legalizadas pelo Império brasileiro. Nesse sentido, a política de aldeamento foi fundamental para o processo de colonização que se iniciava no Brasil.

Essas ações se estenderam por todo o século XIX e se intensificaram depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), quando muitas etnias indígenas foram extintas no Brasil. No sul de Mato Grosso, os Terena foram os únicos índios entre os Chané/Guaná que permaneceram como grupo étnico, na visão da política indigenista⁷. Porém, essa condição não lhes garantiu o direito de permanecerem no território que ocupavam antes da guerra, pois ele se tornou o principal interesse dos não índios, cada vez mais presentes na região. Por isso, os conflitos gerados pela posse das terras entre índios e não índios não cessaram com o fim da guerra; ao contrário, eles aumentaram cada vez mais, devido à ampliação das fazendas. As disputas pelas terras que até então compunham o território indígena se

⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. In: SHOHET, Rachel. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁷ Os índios Kinikinau foram dados por extintos depois da Guerra do Paraguai; perderam as terras que ocupavam próxima à região do Agachi, no atual município de Aquidauana para a formação de fazendas. Os que sobreviveram a esse processo foram viver junto aos Terena e Kadiwéu. Porém, o estudo desenvolvido por Iara Quelho de Castro mostra a reorganização dos Kinikinau em busca de direitos junto ao Estado brasileiro. Cf. CASTRO, Iara Quelho de. **De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas, 2011.

estenderam para a República e permanecem até os dias atuais, gerando ainda conflitos entre índios e não índios.

A política indigenista permaneceu durante o século XX, em 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais - SPI, que, a partir de 1917, tornou-se apenas SPI. Tinha por função gerir e administrar os índios dentro das reservas federais e conduzi-los ao mercado de trabalho, transformando-os em “trabalhadores nacionais”, contribuindo para o seu processo de aculturação e assimilação⁸. Persistiu a crença no seu desaparecimento, concepção que vai predominar durante o século XX, como demonstram os estudos sobre os Terena realizados pelos antropólogos Herbert Baldus⁹, Kalervo Oberg¹⁰, Fernando Altenfelder Silva¹¹ e Roberto Cardoso de Oliveira¹² que evidenciaram as preocupações e os conceitos desenvolvidos pela Antropologia naquela época, orientados pela compreensão que a mudança cultural entre os índios significava perda de sua identidade étnica e os conduziram a sua extinção.

Assim, esses estudos não levaram em consideração os possíveis interesses dos índios nos processos de mudança e suas possibilidades de rearticulação cultural e identitária, pois compreendiam a cultura indígena como imóvel e estática que, uma vez perdida ou alterada, não dava aos índios quaisquer alternativas de sobrevivência ou adequação como grupo étnico que se transforma, mas não necessariamente se anula ou perde o sentimento de comunhão étnica onde os grupos indígenas não mais se adequavam.

Essas perspectivas foram retomadas e discutidas pelos novos estudos que foram produzidos durante o final do século XX e início do XXI. Pesquisadores embasados em novos paradigmas rompiam com os até então estabelecidos sobre a aculturação e assimilação dos índios. A mudança na compreensão da história indígena foi, em parte, resultado das ações dos próprios índios sujeito das investigações; embora muitas etnias

⁸ LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992; LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁹ BALDUS, Herbert. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

¹⁰ OBERG, Kalervo. A economia Terena no Chaco. *Terra Indígena*. UNESP, Araraquara, n. 55, p. 20-39, abr./jun. 1990.

¹¹ ALTENFELDER SILVA, Fernando. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. III, 1949, p. 271-379.

¹² OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

tenham sido extintas, outras permaneceram diluídas entre a população não índia ou entre outras etnias indígenas adotando uma identidade diferente da sua, como opção para permanecerem nas terras em que se encontravam, a exemplo dos Kinikinau que passaram a viver junto aos Terena, adotando sua identidade, mas que, no interior do grupo, eram reconhecidos e apontados como Kinikinau e participavam ativamente da aldeia, contribuindo com a sua construção¹³, como demonstrou Castro¹⁴.

Nessa perspectiva, etnias até então dadas por extintas no Brasil, voltaram a reivindicar para si a sua identidade indígena e os direitos correspondentes a ela, junto ao Estado brasileiro, como mostrou Oliveira¹⁵ com os índios do Nordeste, e Castro¹⁶ com os índios Kinikinau. Essa situação permanece e está se ampliando de acordo com as ações dos índios, novamente demonstrando que as teorias até então estabelecidas para compreendê-los não mais poderiam explicar suas ações dentro daquele novo contexto. Dessa forma, os estudos mais recentes apontam para uma renovada compreensão dos índios e das escolhas que realizaram ao longo de sua história.

O diálogo entre a antropologia e a história

Nas últimas décadas do século XX, os índios, em busca de seus direitos, denunciaram os abusos, as explorações e violências que viveram ao longo dos séculos. Provocaram e participaram das discussões políticas que os envolviam, solicitando legalmente junto ao Estado brasileiro a posse de antigos territórios, tomados pelo desenvolvimento colonial e pós-colonial. Nas suas reivindicações demonstraram que embora tivessem vivido mudanças culturais significativas, elas não necessariamente resultaram na perda de sua identidade étnica, mas na sua reelaboração, reafirmando-se como sujeitos plenos e conscientes de seus direitos. Dessa forma, não deixaram de ser índios, contrariando as concepções até então estabelecidas sobre eles. Além disso, aumentam e multiplicam-se como evidenciam os últimos censos.

¹³ Essa situação pode ser compreendida pelos Kinikinau junto aos Terena, em entrevista realizada com o índio terena Antonio Francelino na aldeia de Ipegue, em 14 de janeiro de 2008; o entrevistado afirmou que, segundo informações dos mais velhos, a família de Arlindo Eloy, pertencente à família de liderança da aldeia Colônia Nova, era kinikinau e falava em seu próprio idioma. Essas informações são relevantes por demonstrar a presença desses índios junto aos terenas. Embora a política indigenista não os reconhecessem como Kinikinau, entre os índios permaneciam as suas diferenciações étnicas.

¹⁴ CASTRO, Iara Quelho de. *De Chané-Guaná a Kinikinau*: Op. cit.

¹⁵ OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

¹⁶ CASTRO, Iara Quelho de. *De Chané-Guaná a Kinikinau*. Op. cit.

As ações indígenas contribuíram para o estabelecimento de novos paradigmas que passaram a nortear os novos estudos no Brasil, verificando-se o abandono de concepções- até então estabelecidas sobre eles – e buscaram novos métodos para compreendê-los.

Nesse sentido, antropólogos e historiadores se aproximaram, uma vez que ambos lidam igualmente com processos socioculturais que se desenvolvem no tempo¹⁷. Surge um renovado interesse dos pesquisadores pela história indígena, despertando o interesse dos antropólogos pelos processos históricos de mudanças dos índios e dos historiadores pelos seus comportamentos e crenças¹⁸. A partir desse entendimento ampliaram-se as discussões em torno da história indígena no Brasil. Antropólogos e historiadores direcionaram suas análises para os índios, para demonstrar suas ações, apropriações e as ressignificações que realizaram a partir do contato com os não índios. Sob essa concepção, os índios passaram a ser compreendidos dentro da perspectiva histórica, como sujeitos que também estão registrando a sua história e emitindo a sua concepção sobre o “outro”. É a partir dessas novas abordagens interdisciplinares que a história Terena foi compreendida.

Para pensar as escolhas que os Terena realizaram ao longo de sua história de contato com os não índios, os estudos desenvolvidos por Cunha¹⁹ não apenas contribuíram diretamente para essa reflexão ao afirmar que “a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira”, como também permitiram compreender as ações desenvolvidas pelos povos indígenas, ainda na sociedade colonial e por outro lado evidenciar as suas escolhas, ora aliando-se, ora esquivando-se do contato com o colonizador europeu, porém estabelecendo negociações e interagindo com a sociedade colonial, a partir dos seus próprios códigos.

¹⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Op. cit.

¹⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Op. cit.

¹⁹CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 9-24.

Segundo Monteiro,²⁰ surge uma nova bibliografia que além de contribuir para a visibilidade dos índios também mostra as suas próprias perspectivas sobre o seu passado, fazendo parte dela concepções alternativas para a história do contato e da conquista. Dessa forma, a história dos Terena foi analisada dentro da “nova” história indígena, que permite compreender suas ações reivindicatórias em prol dos direitos históricos pelos quais sustentam e reivindicam atualmente a permanência e a ampliação do seu território.

As ponderações de Monteiro²¹ sobre as novas táticas utilizadas pelos índios, entre as quais prevalece a apropriação da história como fundamental para o estabelecimento de um discurso propriamente indígena; sob essa perspectiva, é fundamental a “revitalização” étnica que implica na reapropriação, pelas lideranças indígenas, de uma história “autêntica”, inspirando a compreensão das ações desenvolvidas pelos professores Terena. Nesse sentido, estão ampliando o diálogo sobre o conhecimento do seu passado, para justificar direitos históricos. Monteiro pontua ainda que nessa situação adereços ornamentais e práticas rituais não mais realizadas voltam a ser praticadas pelos índios, com o objetivo de legitimar ações principalmente em situações de conflitos e de reivindicações junto ao Estado brasileiro. Essas ações indígenas são compreendidas como táticas no sentido empregado por Certeau²², ou seja, são ações desenvolvidas por grupos ou indivíduos que estão em situações subalternas e descobrem maneiras de tirar proveito das ocasiões em que se encontram.

Sob essa perspectiva foram concebidas as ações dos professores Terena, atualmente os principais responsáveis por estabelecer o diálogo com a sociedade envolvente. Isso ocorre principalmente por meio das universidades, através dos acadêmicos indígenas de graduação e pós-graduação, responsáveis pela ampliação do debate em torno da história indígena, tanto na sociedade envolvente, quanto na aldeia, por meio de suas atuações pedagógicas nas escolas. Novamente recorre-se a Monteiro²³ quando afirma que é por meio da apropriação da história que se conhece o passado dos povos indígenas, o processo de sua dominação e de seus direitos constituídos, conhecimento esse que fundamenta as suas reivindicações atuais e permite fomentar táticas políticas para o futuro. Foi dessa forma que foram compreendidas as ações

²⁰ MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, A L.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221-228

²¹ MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas: História de resistência dos índios*. In: NOVAES, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

²³ MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas*. Op. cit.

realizadas pelos professores Terena dentro das escolas em que atuam estabeleceram um novo mecanismo para as disputas por direitos junto ao Estado brasileiro. Ainda que as táticas construídas pelos professores indígenas consistam em estabelecer e fortalecer discursos voltados para fora das aldeias, suas ações implicam diretamente no fortalecimento de sua identidade étnica e com isso reforçam os vínculos entre eles e a aldeia. Ainda sob esse enfoque:

No quadro atual do movimento indígena no Brasil, a elaboração – ou reelaboração – da história por parte das lideranças e dos professores mostra-se um recurso potencialmente poderoso nas lutas pela afirmação de uma identidade política e pela posse da terra. Trata-se da apreensão, por parte das lideranças nativas, da inovação conceitual apresentada pela Constituição de 1988, ou seja, o abandono de uma perspectiva assimilacionista e sua substituição pelo princípio do direito à diferença²⁴.

Sob essa perspectiva, os professores e acadêmicos Terena tornaram-se referências de lideranças entre os índios; tanto em suas aldeias quanto nas universidades, os seus discursos são sempre voltados para o fortalecimento de sua identidade indígena e dos direitos dela decorrentes, para que possam usufruí-los. Nesse sentido, o trabalho monográfico de conclusão do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, realizado pelo terena Luiz Henrique Eloy Amado²⁵, da aldeia de Ipegue, foi bastante significativo pois discute os direitos indígenas a partir da Constituição de 1988, sobretudo o direito à demarcação e ampliação das terras indígenas, ao afirmar que:

Sem sombra de dúvida esta foi a condicionante que mais suscita discussões na seara jurídica, pois a condicionante de número 17 prescreve que “*é vedada a ampliação da terra indígena já demarcada*”. É de se considerar que o STF já firmou entendimento que a demarcação de terra indígena se faz no “bojo de um processo administrativo”, procedimento este disciplinado por lei e dividida em etapas que devem ser respeitadas sob pena de nulidade dos atos praticados. Assim a primeira conclusão que devemos verificar é que, se uma terra está sendo periciada com o intuito de se averiguar se é ou não de ocupação tradicional, este passará por todos os trâmites previstos em lei, tais como o estudo histórico e antropológico, serão

²⁴MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. Op. cit., p. 245.

²⁵ AMADO, Luis Henrique Eloy. O Supremo Tribunal Federal como “construtor” da Constituição Federal: análise das condicionantes impostas para a demarcação de terras indígenas. Monografia (Curso de Direito) Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

dadas as partes ainda no processo administrativo a oportunidade de manifestarem, após isto, será expedida a portaria declaratória que de todo modo, havendo alguma crise a respeito do assunto, poderá ser levado à apreciação do judiciário.

Posto isto, quando uma terra é demarcada respeitando-se todos os requisitos legais não há que se falar em ilegalidade, visto que alcançou-se os objetivos ali previstos. Por outro lado, não devemos aplicar esta condicionante nos casos em que a terra indígena foi reservada, ou seja, são frutos da política indigenista do antigo SPI, onde foram criadas reservas para os índios sem um prévio estudo e sem amparo legal constitucional, traduzindo se em verdadeiros “confinamentos”.

Esta condicionante já vem sendo utilizada por parte dos fazendeiros em relação a Terra Indígena Taunay/Ipegue, visto que com os estudos antropológicos realizados constatou se que suas terras são bem maiores do que a atualmente ocupadas por eles, visto que estas são exatamente reservas, que são derivadas da política indigenista da época de Rondon. Por fim, há aqueles casos em que a terra foi demarcada conforme prevê a lei, mas que com o passar do tempo a comunidade foi crescendo, chegando ao ponto do território ocupado ser insuficiente para a subsistência; neste caso defendemos que a União deve sim ampliar o território indígena, mas não com base na demarcação, mas sim com base na desapropriação, indenizando-se justamente os proprietários²⁶.

Dessa forma, os Terena, além de reivindicarem os seus direitos territoriais junto ao Estado brasileiro, também estão se apropriando dos códigos legais por eles estabelecidos. Essas novas táticas indígenas têm se ampliado consideravelmente dentro das universidades que, por sua vez, têm provocado mudanças significativas dentro das aldeias, por meio do constante e renovado diálogo proposto pelos professores e acadêmicos indígenas, proporcionando um novo debate acerca de seus direitos.

O conhecimento do passado compõe meio fundamental para as disputas por terra e, para estabelecer negociações políticas, ele reconhece e legitima as ações dos índios na busca por direitos legais. Almeida²⁷ evidencia que os índios aldeados utilizaram desse conhecimento histórico para suas reivindicações, sobretudo pela terra. Dessa forma, afirma que “a memória coletiva desses índios construía-se com a ideia de procedência do grupo a partir do estabelecimento da aldeia e da doação de terras, ou pelo menos era assim que se posicionavam quando reivindicavam seus direitos”²⁸. Em suma, os Terena atualizaram essa prática e é por meio da sua consciência histórica que fortalecem as ações

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 44-45.

²⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Op. cit.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 105.

reivindicatórias na expectativa de reaverem as terras que perderam para a formação das fazendas; é por meio dela que se posicionam junto ao Estado brasileiro. Foi sob esse aspecto que as ações desenvolvidas por eles foram compreendidas.

Dentro dessa perspectiva, é fundamental compreender a aldeia para os Terena ao longo do seu processo histórico, para entender as atuais relações que mantêm com ela. Para isso, mais uma vez recorre-se a Monteiro²⁹ quando evidencia que entre os grupos Tupi a aldeia representava a principal unidade de organização e que a partir dela outras relações eram mantidas pelos índios, através de suas alianças ou de suas relações de parentesco, relações essas constantemente modificadas de acordo com as circunstâncias históricas vividas pelos índios que também refletiam na sua composição. Essas dinâmicas não foram percebidas pelos cronistas que registravam grupos de aldeias como se formassem conjuntos políticos mais amplos e fixos e tal situação explica os vários equívocos assinalados nas histórias dos povos indígenas³⁰.

As relações mantidas entre os Terena com o seu entorno foram compreendidas como ações que também resultaram nas suas escolhas e se deram através da compreensão dos códigos que envolviam a sociedade colonial. Deles se apropriaram, fizeram usos e ressignificaram suas relações, passando a interagir com o sistema estabelecido pelos colonizadores espanhóis e portugueses. Assim,

(...) o espetacular sucesso da colonização espanhola no seio das etnias indígenas foi alterado pelo uso que dela se fazia: mesmo subjugados, ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores. Faziam com elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as (isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir³¹.

Nessa perspectiva foram pensadas as ações dos Terena ao longo do seu processo histórico que, durante o Império brasileiro, foram classificados como índios “mansos”, porque aceitavam negociar com os não índios. Uma das formas encontradas pelos povos

²⁹ MONTEIRO, John Manuel. *Os Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Op. cit., p. 94.

não índios para se relacionarem com esses “índios mansos” foi a permissão para que eles pudesse transitar constantemente pelo Império, estabelecendo negociações e firmando alianças com os militares na Província do Mato Grosso, inclusive como “funcionários” que prestavam inúmeros serviços ao Império.

No século XIX, quando ocorre a Guerra do Paraguai, os Terena tornaram-se parte do Exército brasileiro, tendo suas lideranças indígenas recebido o título de “Capitão” das autoridades brasileiras. Segundo Monteiro,³² a nomeação de capitães índios era uma prática comum desde o início da colonização, assim como a participação de índios nas companhias militares, tanto integrando, quanto chefiando-as. Nesse caso, entre os Terena constam as chefias exercidas pelos capitães Alexandre Bueno, Joaquim Vitorino e José Pedro que, durante a guerra, prestaram serviços ao Império³³.

No pós-guerra, a região do sul do Mato Grosso estava destruída pelos conflitos e as disputas entre índios e não índios pela posse das terras estavam acirradas. Na perspectiva de resolverem essa questão, as lideranças indígenas, de posse do título de “capitão” e das fardas concedidas pelo Exército brasileiro, passaram a reivindicar das autoridades brasileiras seus direitos ao território; essa situação permaneceu durante o século XIX como demonstram os documentos da Diretoria Geral dos Índios/DGI. Dessa forma, as participações indígenas nos conflitos com os não índios atendiam, a princípio, os interesses de seus aliados, porém atendiam também aos interesses indígenas, pois era a partir dessas situações de alianças que os Terena estabeleceram uma base para negociar seus interesses, entre os quais destacam-se mais uma vez, os direitos territoriais.

A reorganização dos índios nas aldeias permite considerá-las como lugar de reconhecimento e de identificação, como afirma Maria Regina Celestino de Almeida:

A aldeia era um forte referencial de identificação, pois era a partir dela que os índios se identificavam. Encaminhavam suas petições ao Rei, valorizando o passado de lutas em defesa do império português, enfatizando, muitas vezes, o papel aí desempenhado pelas próprias aldeias. Afinal o caráter defensivo marcou o estabelecimento da maioria delas e iria ser sempre lembrado nas reivindicações apresentadas pelos índios³⁴.

³² MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas*: Op. cit.

³³ VARGAS, Vera Lúcia Ferreira Vargas. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e opção*. 2003. 161p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

³⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Op cit., p. 103.

Nesse sentido, Almeida³⁵ reforça a importância das aldeias para os índios, reportada também para os Terena. É a partir delas que se organizam no território, que constituem suas referências, elegem o que é importante para o grupo. Sob essa perspectiva, o estudo de Pereira³⁶ permite ampliar o conhecimento sobre os Terena e a sua ligação com a aldeia. Estabelece que aldeia é a reunião de “troncos³⁷” que orientam o seu processo de territorialização mediante a rede de alianças que mantêm com outros “troncos” e com a sociedade envolvente, uma vez que a formação de uma aldeia Terena implica na autonomia e na reprodução dos processos sociais associados ao campo matrimonial, religioso e político, impossível de ser realizada por um único “tronco”. Dessa forma compreende-se que:

A *aldeia* deve ser entendida como um adensamento de relações parentais, políticas e religiosas entre um determinado número de *troncos* que ocupam uma área contínua de terras. A ideia de adensamento é importante porque os *troncos* de uma aldeia também se relacionam com os *troncos* de outras aldeias, (...) mas estas relações tendem a ser mais diluídas e menos frequentes, uma vez considerada a distância espacial e social aí instaurada. De todo modo, as redes ampliadas também são muito valorizadas por ampliarem o horizonte social, principalmente no caso das lideranças e das pessoas que buscam melhores condições de vida. (...) É importante ainda que a aldeia está sempre inserida numa rede que extrapola os seus limites, sendo esta inserção imprescindível para o seu reconhecimento³⁸.

A partir dessas considerações sobre aldeia, observa-se que neste estudo ela é considerada lugar de elaboração e reelaboração de identidade, de pertencimento, de reconhecimento e legalização de ações reivindicatórias por direitos entre os quais destaca-se o território. Entre as táticas elaboradas pelos Terena constam principalmente a

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ PEREIRA, Levi Marques. **Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica**. Dourados: UFGD, 2009.

³⁷ “Na linguagem corrente entre os Terena, o termo *tronco* é utilizado com o sentido geral de ascendência e ancestralidade, sendo comum ouvir a frase “nossos *troncos* velhos”. Esse uso expressa o sentido de inclusão em uma mesma categoria de todos os membros mais velhos da comunidade ainda vivos e dos ancestrais mortos. (...) É através do reconhecimento dos troncos que são, em cada momento, o ponto focal da vida social que a comunidade expressa o reconhecimento de sua reprodução social no tempo, conectando presente e passado. Idem, *ibidem*, p. 46-47.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 59-60.

apropriação de suas memórias, a transformação da cultura e da identidade que se tornaram fundamentais para esse novo momento que vivem.

Nesse sentido, os professores Terena estão ampliando essas discussões nas escolas, incentivando seus alunos a lidarem com os novos códigos que estão sendo apresentados; entre esses códigos, o ensino da língua Terena é prioridade como estratégia de fortalecimento de sua identidade étnica compreendida a partir de Barth³⁹, para quem as categorias étnicas são um meio pelo qual se conduz a organização social das diferenças que se dão através da interação social, possibilitando constantes rearticulações dessas mesmas identidades.

Entre as táticas desenvolvidas pelos professores indígenas são notórias as do fortalecimento dos vínculos com o seu passado, do reforço da importância da terra para os Terena e da necessidade de sua ampliação nos dias atuais e, para isso, retomam as denominações estabelecidas como a de hábeis agricultores. Também exemplificam que foram as plantações de suas aldeias que alimentaram o Exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai e que suas aldeias também serviram de abrigos e proteção para ele. Entre outros feitos heroicos de seus antepassados, destacam a defesa do território nacional tanto na Guerra do Paraguai quanto na Segunda Grande Guerra (1939-1945):

Historicamente, vários Terena fizeram parte da Força Expedicionária Brasileira. Leão Vicente, da Aldeia Bananal; Irineu Mamede, da Aldeia Água Branca; e Aurélio Jorge, da Aldeinha de Anastácio, MS, que incorporaram ao Exército Brasileiro, pertencendo ao 9º. Batalhão de Engenharia de Combate, sediado em Aquidauana, e participaram da Segunda Guerra Mundial nos campos da Itália. Essa epopéia ficou registrada na memória cultural dos Terena, que relembram os seus heróis no campo de batalha dos brancos. É motivo de orgulho para os Terena comprovar que sua valentia foi reconhecida pelos brancos, até mesmo no estrangeiro⁴⁰.

³⁹ BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

⁴⁰ BALTAZAR, Paulo. **O processo decisório dos Terena**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PUC, São Paulo, 2010, p. 48.

Diferentes táticas foram colocadas em prática, de acordo com os novos interesses e as experiências vividas pelos Terena ao longo dos séculos. Portanto, retomam e ampliam essas informações para as suas ações políticas atuais, insistindo em suas memórias que permitem a realização de uma leitura do passado e o fortalecimento de uma memória histórica que legitima reivindicações atuais, principalmente as territoriais⁴¹.

Nesse sentido, os Terena pautam-se em uma cultura histórica compreendida como o posicionamento de que os índios têm a respeito do seu passado e o uso que dele fazem, conforme suas necessidades no presente, como afirma Almeida⁴². Entre as suas principais reivindicações atuais constam a revisão, ampliação e a demarcação do território. Para a sua compreensão inspiram-se na definição de terra indígena estabelecida por Oliveira:

A definição de terra indígena – ou seja, o processo político pelo qual o Estado reconhece os direitos de uma “comunidade indígena” sobre parte do território nacional – não pode ser pensada ou descrita segundo coordenadas de um fenômeno natural. Longe de serem imutáveis, as áreas indígenas estão sempre em permanente revisão, com acréscimos, diminuições, junções e separações. Isto não é algo circunstancial, que decorra apenas dos desacertos do Estado ou iniciativas espúrias de interesses contrariados, mas é constitutivo, fazendo parte da própria natureza do processo de territorialização de uma sociedade indígena dentro do marco institucional estabelecido pelo Estado-Nacional⁴³.

A análise de Oliveira aponta para os vários fatores que envolvem o processo de definição e reconhecimento de uma terra indígena. Entre os quais destacam-se as junções e as separações de acordo com a lógica indígena que parece ainda passar despercebida para o Estado brasileiro. Entre os Terena, juntar e separar é um processo comum que ocorre por diferentes motivos e que, desde o período colonial,⁴⁴ era uma tática usada pelos povos Aruaque, também evidenciada pelos vários documentos da DGI, do SPI e pelas informações obtidas junto aos Terena por meio das entrevistas em suas aldeias; essas junções e separações fazem parte da própria dinâmica do grupo. Embora alterada

⁴¹ RAPPAPORT, Joanne. Introduction: interpreting the past. In: Joanne, Rappaport. *The Politics of Memory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1-25.

⁴² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado. *Op. cit.*

⁴³ OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 177.

⁴⁴ Cf. SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay: etnohistoria de los chaqueños - 1650 - 1910*. Asuncion: Museo Etnografico “Andres Barbero”, 1981.

pela limitação da terra, os Terena continuam a realizá-la, principalmente com a organização de novas aldeias.

Nesse sentido, mais uma vez recorre-se a Oliveira⁴⁵ ao afirmar que é necessário compreender a noção de território, diferente da concepção estabelecida pelo Estado-Nação para o qual possui limites fixos e determinados; já para os povos indígenas, as fronteiras territoriais são mais fluídas e oscilam regularmente em função das suas necessidades e das alterações delas decorrentes. Por isso, mais uma vez apropria-se do que ele definiu como processo de territorialização, isto, é, um processo de mão dupla em que se consideram as ações e interesses do Estado brasileiro e as ações indígenas. Nessa perspectiva, pode-se considerar que os Terena trabalham ativamente para a recuperação e reconstrução de parte dos seus antigos territórios, pressionando e negociando com o Estado brasileiro.

Os Terena como sujeitos históricos

Contribuindo com os estudos mencionados, constam as pesquisas realizadas sobre os índios Terena a partir da década de 90 do século XX e a primeira década do século XXI. Desses estudos, interessam as novas abordagens sobre os Terena como sujeitos históricos, cujas ações foram demonstradas ao longo da sua história de contato com os não índios e de como interagiram com as políticas coloniais, imperiais e republicanas, desenvolveram táticas com as quais também puderam realizar suas escolhas, alianças e negociações; dessa forma, esses estudos priorizam as noções de ressignificação, apropriação, entre outras que permitem demonstrar suas ações.

Nesse sentido, um dos primeiros trabalhos desenvolvido foi o de Maria Cristina Galan, “As Terena”, em 1994. Nele, a autora demonstrou que as atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres Terena feirantes e ceramistas nas cidades, principalmente em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, não significaram perda de identidade étnica. Ao contrário, nessas atividades eram reconhecidas e se reconheciam como índias Terena. Era uma das alternativas para a comercialização da sua produção e obtenção de outros produtos que não possuíam em suas aldeias. As feiras também eram e ainda são consideradas lugares políticos de negociações entre índios e não índios; dessa forma, “elas se veem e são vistas como “agentes” participantes da sociedade e não indivíduos ‘marginalizados’ ou subordinados. Sabem da importância de suas atividades

⁴⁵ OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Op. cit.

econômicas (...) têm desenvolvido estratégias no sentido de se adaptar melhor a essas situações”⁴⁶.

Galan pondera ainda que essas ações e movimentações indígenas pela região ocorrem por diversos motivos, porém, é nas aldeias que os Terena se organizam e reorganizam para estabelecer as suas relações com o entorno e com os próprios índios. E mesmo aqueles que saem das aldeias para residirem nas cidades estão constantemente de volta para estabelecer suas negociações e não perderem os vínculos que possuem. Nesse sentido, a autora reforça que a aldeia é lugar de reconhecimento, de autorização e legitimação de ações e de direitos indígenas.

Outro significativo trabalho foi realizado por Fernanda Carvalho: “*Koixomuneti* e outros curadores: xamanismo e práticas de cura entre os Terena”, em 1996, resultado de sua pesquisa de campo nas aldeias que formam a terra indígena Taunay/Ipegue, principalmente na aldeia Bananal. Nesse trabalho, a autora rompe com os estudos até então realizados sobre mudança cultural que enfatizavam as perdas e não reconheciam as ações dos índios e aponta as diferentes formas das medicinas usadas, a tradicional e a institucional, deixando evidente que a adoção de uma ou de outra, bem como de ambas as formas de tratamento eram escolhas dos próprios Terena, reconhecendo-os e registrando-os como sujeitos de sua própria história. Para isso, discute o pluralismo médico, a multicausalidade do modelo etiológico Terena, apresentando um novo olhar sobre a história Terena, evidenciando as complexidades das relações que existiam nas aldeias e para além delas, de acordo com as afinidades que mantinham interna e externamente a ela.

Ainda no sentido religioso, têm-se os estudos desenvolvidos por Grazielle Açcolini, “Protestantismo à moda Terena”, em 2004, quando demonstrou a apropriação e a ressignificação do protestantismo pelos Terena da aldeia Bananal, considerando que os Terena permitiram a evangelização e a partir dela a construção da Igreja Uniedas/União das Igrejas Evangélicas da América do Sul; Mas a autora demonstrou também que essa situação não significou o abandono das suas práticas religiosas, pois o seu sistema xamânico não se perdeu com a secularização, mas foi ressignificado entre os índios. “Nesse sentido, podemos ver a reformulação identitária em pleno processo a partir da reelaboração do xamanismo, já que é na ação que ela se constrói dinamicamente e, dessa maneira, a visão de mundo terena pôde incluir a doutrina protestante, o crente,

⁴⁶ GALAN, Maria Cristina. *As Terena*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PUC, São Paulo, 1994, p. 114.

a purungueira, o curandeiro”⁴⁷. Considerou que a Uniedas foi apropriada pelos Terena como um processo ideológico no qual os índios podiam e podem expressar sua percepção cultural da história, manipulando e controlando suas representações e o usos de suas histórias sociais dentro e fora das aldeias.

Corroborando com essas concepções estão os estudos realizados por Noêmia dos Santos Pereira Moura⁴⁸: “UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)”, em 2001. Como o seu próprio título indica, Moura demonstrou que os índios Terena da aldeia Bananal utilizaram sua condição de protestantes como instrumentos político-religiosos de inclusão e ascensão social na sociedade brasileira a partir da aldeia. Esta foi uma das alternativas que as lideranças crentes encontraram para se projetar em diferentes espaços sociais e políticos dentro e fora de suas aldeias. Nesse sentido, Moura compreendeu e reconheceu as ações indígenas como táticas que os conduziram ao “passaporte cristão” através do qual movimentavam-se constantemente entre a aldeia e as cidades. Em 2009, amplia essa discussão com o desenvolvimento do estudo: “O processo de terenização do cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue no século XX”⁴⁹. Nele, demonstra que não foram somente os índios crentes que se apropriaram da identidade cristã, os índios católicos também. Afirma que a construção da identidade cristã faz parte das ações políticas dos Terena que, a partir da compreensão dos códigos da sociedade envolvente, também estabeleceram os seus como forma de se fortalecerem e estabelecerem novas relações com os não índios, ampliando as ações político-religiosas das suas lideranças na busca pela legitimação de direitos, ações e reivindicações que ocorreram e ocorrem a partir da aldeia.

Vanderléia Paes Mussi⁵⁰ em 1999, optou por compreender a “Dinâmica de organização social dos Terena, da aldeia ao espaço urbano de Campo Grande – MS”. Diferente dos estudos anteriores, que privilegiaram os índios em suas aldeias, Mussi se propôs a compreendê-los inseridos nos centros urbanos, nesse caso, os Terena que deixaram a aldeia Cachoeirinha (em Miranda) e passaram a residir na cidade de Campo Grande. Mussi destaca que o deslocamento para a cidade quase sempre esteve vinculado

⁴⁷ ACÇOLINI, Grazielle. **Protestantismo à moda Terena**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UNESP Araraquara, 2004, p. 184.

⁴⁸ MOURA, Noemia dos Santos Pereira. **UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)**. Dissertação (Mestrado em História) UFMS, Dourados, 2001.

⁴⁹ MOURA, Noemia dos Santos Pereira. **O processo de terenização do cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue no século XX**. Tese (Doutorado Ciências Sociais) UNICAMP - Campinas, 2009.

⁵⁰ MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **A Dinâmica da Organização social dos Terena, da Aldeia ao Espaço Urbano de Campo Grande - MS**. Dissertação (Mestrado em História) INISINOS São Leopoldo, 1999.

à necessidade de trabalho e estudo. Analisa que não houve perda de identidade étnica, trabalhando com a noção de ocupação que consistia no seu deslocamento para áreas ainda não exploradas sob a iniciativa de suas lideranças e a de inserção realizada, com o apoio de parentes próximos que já residiam naquele centro. Em 2006, amplia essa discussão com: “As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)”⁵¹, em que demonstra como, historicamente, os Terena construíram suas diferentes estratégias de inserção e negociação com a sociedade envolvente e a partir das quais criaram as aldeias urbanas: Marçal de Souza e Água Bonita, em Campo Grande/MS. Esses espaços, projetados por eles mesmos, representaram a expansão da sua inserção, adaptação e reelaboração social, novamente estabelecendo que é a partir da aldeia que os Terena se organizam.

Vargas⁵², em seu estudo sobre os Terena, intitulado: “A construção do território Terena 1870-1966: uma sociedade entre a imposição e a opção”, relata as ações desenvolvidas pelas lideranças indígenas, que se apropriaram do título de “Capitão,” recebido do Exército brasileiro, quando da sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870). Demonstra que, através desse título, ressignificaram suas relações de “amizade” com o Império e também reivindicaram junto aos órgãos oficiais brasileiros, os territórios que haviam perdido para a posse de particulares na região do então sul de Mato Grosso; com isso, reorganizam as aldeias desarticuladas pelo conflito bem como mantêm aquelas que haviam resistido ao conflito. Vargas demonstra ainda que, por meio da reivindicação indígena, à qual somavam-se as pressões por parte dos fazendeiros que se multiplicavam na região, o governo brasileiro estabeleceu, no início do século XX, as reservas federais e assim a demarcação das terras indígenas. Dessa forma, evidenciou que os Terena provocaram o seu processo de territorialização e assim a rearticulação de suas aldeias.

Essa situação permanece atual, uma vez que o diálogo entre os Terena e as autoridades brasileiras não cessaram. As reivindicações permaneceram por todo o século XX e início do XXI e se constituíram em revisão e ampliação de áreas que, ainda hoje, são os principais motivos de novos conflitos entre índios e fazendeiros da região.

Em 2007, Andrey Cordeiro Ferreira tratou, em seu estudo, das relações que os Terena mantiveram com o Estado brasileiro ao longo de sua história. Assim, em seu trabalho: “Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro”, privilegiou o *protagonismo étnico* para evidenciar as ações

⁵¹ MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)**. Tese (Doutorado em História) UNESP, Assis, 2006.

⁵² VARGAS, Vera Lúcia Ferreira Vargas. **A construção do território Terena (1870-1966)**: Op. cit.

políticas dos Terena, tanto dentro das aldeias quanto fora delas, junto à sociedade envolvente. Destaca-se, em seu trabalho, a noção de protagonismo étnico, formulada a partir de “uma narrativa que toma a noção de *‘resistência’* como um operador central para a construção da memória e história indígena”⁵³. É nesse sentido que os Terena, no contexto atual em que vivem, com os acessos às tecnologias e às inúmeras informações delas decorrentes, reforçam sua memória histórica, firmada no seu passado de lutas, vitórias e colaborações. É diante dela que se posicionam frente ao Estado brasileiro. Ainda sob essa perspectiva, e novamente demonstrando o protagonismo étnico indígena, consta a “defesa de um projeto político, o da *“ocupação de espaços”* dentro dos órgãos de Estado.

Essas relações extrapolaram os limites das aldeias e os Terena passaram a ocupar novos espaços, na esfera política e econômica da região; nesse contexto contemporâneo, destacam-se como funcionários do Estado: professores e demais profissionais que ocupam funções dentro das escolas inseridas nas aldeias como os agentes de saúde; dentre outros espaços por eles ocupados estão também as universidades, onde se inserem como acadêmicos. Enfim, o protagonismo étnico permite compreender as inúmeras táticas que elaboraram e elaboram para suas reivindicações.

Nesse sentido, o estudo realizado por Graziella Reis de Sant’Ana⁵⁴, em 2010, “História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena”, aponta para a apropriação de um novo mecanismo para a captação de recursos para as aldeias sob a forma de projetos, que são elaborados e administrados pelos próprios índios, por meio das associações indígenas que se tornaram as executoras ou co-gestoras de políticas antes geridas pelo Estado. Isso significa compreender as incorporações e as ressignificações realizadas pelos Terena a partir das suas especificidades e interesses. Discute as ações das lideranças indígenas dentro desse processo no que se refere às mobilizações políticas locais e nacionais, o que significa a ocupação de novos espaços para ampliação dos debates em torno dos direitos indígenas.

Essa nova situação tem provocado mudanças significativas entre os Terena; as associações indígenas estão aumentando constantemente nas aldeias, exigindo que eles também ampliem os espaços internos e externos de discussões e negociações. Fortalecem

⁵³ FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e resistência indígena: Etnografia e história das relações entre os Terena e o Estado brasileiro.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 235.

⁵⁴ SANT’ANA, Graziella Reis. **História, espaço, ações e símbolos das associações indígenas Terena.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UNICAMP, Campinas, 2010.

as suas lideranças, procurando somar os conhecimentos tradicionais aos conhecimentos acadêmicos, para que possam garantir maior sucesso nas suas reivindicações por direitos. Para executarem essas atividades é fundamental compreender como funciona a elaboração de projetos para garantir recursos nas aldeias. Os professores Terena se aperfeiçoam nessa nova modalidade instrumental e política para lidarem com esse novo e importante mecanismo de reivindicações.

Índios pesquisadores

A presença dos índios na universidade tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Segundo pesquisa realizada pelo Programa Rede de Saberes⁵⁵, em 2006 havia 372 acadêmicos indígenas matriculados na Universidade Católica Dom Bosco e na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entre os quais 213 eram Terena. Em 2009, foram registrados 518 acadêmicos indígenas, entre os quais 259 eram Terena. Em 2011, a pesquisa apontou 700 acadêmicos indígenas no Mato Grosso do Sul.

Entre esses índios existe uma preocupação constante com a educação escolar, já apontadas por Galan⁵⁶ e por Carvalho⁵⁷ no final da década de 90 do século XX, quando o objetivo era sair da aldeia para continuar os estudos nas cidades, pois as aldeias ofereciam somente o ensino primário. Essa preocupação aumentou na medida que a sua demanda por ela também, claramente percebida nas falas e nas ações dos Terena, tanto nas aldeias quanto nas cidades. O foco principal está na conclusão do ensino superior, o qual exige dos acadêmicos não só disposição para os estudos, mas o enfrentamento das dificuldades deles decorrentes. Por essas e outras razões, a inclusão de possibilidades de trabalho remunerado dentro das aldeias torna-se motivo de satisfação e alegria para família quando esses alunos voltam “formados”, principalmente os professores, tornando-se exemplos para que outros índios sigam o mesmo caminho.

Esse fato é facilmente percebido nas aldeias Terena; o respeito e a formalidade com que se tratam nas escolas e no cotidiano são visíveis entre eles, situação que mostra o *status* de sua posição perante o grupo. A busca pela conclusão do ensino superior requer

⁵⁵ É um programa de fomento para a permanência dos acadêmicos indígenas nas universidades, com financiamento da Fundação Ford. No Mato Grosso do Sul se constituiu a princípio com a Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, que estabeleceu parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS e a Universidade Federal da Grande Dourados/UGD.

⁵⁶ GALAN, Maria Cristina. *As Terena*. Op. cit.

⁵⁷ CARVALHO, Fernanda. “Koixomuneti” e outros curadores: Op. cit.

algumas ações dos Terena, entre elas o seu deslocamento para as cidades, deparando-se com os novos desafios que implicam em novas formas de se relacionarem com o “outro”. Nesse processo, suas relações são ressignificadas com os não índios de várias formas, na perspectiva de formarem alianças, que lhes auxiliem permanecer na universidade. No decorrer desse processo são conduzidos à pesquisa, também com a perspectiva de receberem bolsas para desenvolvê-las em suas aldeias, algumas das quais resultaram na continuidade de seus trabalhos dentro dos programas de pós-graduação, originando novas pesquisas produzidas pelos próprios Terena que registraram suas experiências e apontaram novas alternativas para a compreensão de sua história. Essa situação está sendo ampliada entre eles, bem como entre os demais índios do estado como os: Guarani Kaiowá, Kinikinau, Kaduwéu entre outros que atualmente também se encontram nos programas de pós-graduação realizando suas pesquisas, situação comum a outros índios do Brasil.

Sob essa perspectiva, consta o estudo de Wanderley Dias Cardoso⁵⁸, o primeiro Terena a desenvolver pesquisa com a história do seu povo em nível de mestrado, em 2004, com o título “Aldeia indígena de Limão Verde, escola, comunidade e desenvolvimento local” mostrou que os Terena possuem consciência de manter o que os identifica como índios e que a escola tem uma importante contribuição nesse processo, pois tem como desafio constituir-se apoiada na trajetória do povo Terena, na luta pela ampliação do território e ainda dar subsídios para o seu fortalecimento local. Segundo Cardoso, “partindo do respeito às diferentes culturas e formas próprias de organização, cujos reflexos se dão também no nível da escola, esta deve ser pensada de acordo com a realidade local e cujos objetivos estejam voltados para uma perspectiva de futuro”⁵⁹; nesse sentido, a escola indígena deve propiciar condições para as conquistas e permanências

⁵⁸ Índio Terena nascido na aldeia do Limão Verde, no município de Aquidauana, onde estudou no então Núcleo Escolar, entre o final da década de 70 e início de 80 do século XX. Como o Núcleo oferecia apenas as séries iniciais, em 1982 foi levado para Aquidauana “para ir se ‘acostumando’ com a vida da escola na cidade” e durante esse período ainda trabalhou no corte da cana, colheu café nas fazendas da região, realizou vários outros trabalhos braçais. Quando terminou o ensino médio, voltou para a aldeia para trabalhar como professor nas séries iniciais. Em 1997, por meio de um convênio entre a Fundação Nacional do Índio/FUNAI e a Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, inscreveu-se para o vestibular oferecido aos professores Terena. Wanderley foi um dos contemplados e, assim, pode cursar a graduação em História na UCDB. Foi, então, necessário residir na cidade de Campo Grande, capital do Estado. Nesse período, foi técnico em educação na Secretaria de Estado e Educação/MS, desenvolveu ações diretas na escola da aldeia Limão Verde, foi Administrador Regional da FUNAI, em Campo Grande. Em 2004, concluiu sua dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UCDB. Atualmente, é bolsista internacional da Fundação Ford e estudante de Doutorado no programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁵⁹ CARDOSO, Wanderley Dias. *Aldeia indígena de Limão Verde: escola, comunidade e desenvolvimento local*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) UCDB, Campo Grande, 2004, p. 11.

dos direitos indígenas. Afirma ainda que repensar as ações da escola significava repensar as ações dos indivíduos que dela faziam e fazem parte.

Cardoso mostra que a escola se tornou um dos principais meios de comunicação entre os índios da aldeia e a sociedade envolvente; é o mecanismo utilizado para discutir e ampliar as informações sobre o movimento indígena que se processa em caráter nacional. Para isso, tornou-se fundamental que os índios se instrumentalizassem para o sucesso desse novo desafio: a Educação Escolar Indígena⁶⁰, configurada no Brasil a partir de 1980. Dessa forma, a escola indígena consistia em retomar e ensinar elementos importantes da cultura Terena, entre eles a língua indígena. Cardoso provocou os Terena da aldeia Limão Verde, principalmente a liderança indígena, para participarem efetivamente das discussões que envolviam a escola. Atualmente, a maioria das atividades políticas desenvolvidas nas aldeias ocorrem nas escolas, seja pelo uso do espaço físico, seja para o envolvimento da comunidade indígena, seja a discussão da própria educação escolar indígena que envolvia as lideranças indígenas e as não indígenas; nesse caso, os prefeitos e os secretários de educação dos municípios, a exemplo de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. Além disso, os professores das universidades também são convidados a participar, evidenciando a rede de relações em que os Terena estão envolvidos.

A partir das relações estabelecidas pelos professores indígenas com a aldeia e a sociedade envolvente, os povos índios vêm buscado a legitimação por seus direitos, como mostrou Cardoso.⁶¹ Essas vivências nas aldeias, por meio das atividades desenvolvidas junto aos professores, favorecem a compreensão da apropriação da escola pelos Terena e as táticas que estabeleceram para, através dela, fortalecer suas relações com a aldeia, sua consciência histórica, seus direitos, sua identidade étnica. Portanto, a escola é fundamental para esse novo momento vivido pelos Terena, pois ela tem se mostrado como sua grande oportunidade de ampliar e reelaborar suas relações com a sociedade envolvente; torna-se fundamental, pois, compreender essa nova forma de liderança exercida pelos professores indígenas.

Cardoso, em 2011, defende sua tese de doutorado “A história da educação escolar para o Terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia Limão Verde”⁶². Nesse trabalho reforça a importância da educação escolar para os índios como um

⁶⁰ Sobre Educação escolar indígena ver: SEIZER DA SILVA, Antônio Carlos. **Educação escolar indígena na aldeia Bananal: prática e utopia**. Dissertação (Mestrado em Educação) UCDB, Campo Grande, 2009.

⁶¹ CARDOSO, Wanderley Dias. **Aldeia indígena de Limão Verde**: Op. cit.

⁶² CARDOSO, Wanderley Dias. **A história da educação escolar para o Terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia Limão Verde**. Tese (Doutorado em História) PUC, Porto Alegre, 2011.

mecanismo que permite acessos às informações e tecnologias necessárias para o desenvolvimento de uma política indígena para obtenção de novos espaços dentro e fora da aldeia junto à sociedade envolvente. A tese está pautada na trajetória do povo Terena, pontuando que, embora tenham ocorrido mudanças culturais ao longo de sua história, eles “têm conseguido manter o *ethos* que o identifica como Terena”. Aponta também o desafio de construir a educação escolar indígena Terena, apoiada na sua trajetória, na luta pela recuperação e defesa do seu território que ocupam, suas relações atuais com o entorno, destacando-se o projeto de futuro da juventude⁶³. Mais uma vez constata-se que a educação escolar e as táticas desenvolvidas pelos professores para o seu fortalecimento dentro das aldeias têm o firme propósito de legitimar suas reivindicações e a posse de seu território, através do fortalecimento de sua identidade étnica. Nesse sentido, a escola proporciona informação, orienta e legitima memórias construídas a partir de suas vivências e permitem ações que reforçam a importância política desse momento que estão vivendo, apropriando, ampliando e ressignificando sua história.

Corroborando com essas discussões consta o estudo realizado em 2006, por Claudionor do Carmo Miranda⁶⁴: “Territorialidades e práticas agrícolas: premissas para o

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 7.

⁶⁴ Índio Terena da aldeia Água Branca, localizada no município de Nioaque. Miranda cursou as séries iniciais na Escola Indígena 31 de março. Aos 10 anos de idade teve que continuar seus estudos na cidade, aproximadamente a dez quilômetros da aldeia. Na maioria das vezes o seu deslocamento para Nioaque era feito a pé. Na sua nova condição de estudante fora da aldeia deparou-se com o preconceito e a discriminação por ser índio, tanto pelos professores quanto pelos colegas de turma. Aos 17 anos, por meio de um convênio entre a Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT, localizada em São Vicente da Serra, e a FUNAI, se tornou técnico em Agropecuária. Devido às excelentes médias obtidas durante os três anos de curso foi selecionado para realizar uma prova escrita e disputar uma das duas vagas proporcionadas aos alunos das escolas técnicas do Centro-Oeste brasileiro para estudar Agronomia em Costa Rica, na América Central, na Escuela de Agricultura de la Región Tropical Húmeda - EARTH. Foi aprovado com a classificação B, o que representava receber 50% de bolsa, sendo que os outros 50% foram concedidos pela Funai-Adr. Campo Grande/MS. Aprendeu a falar mais uma língua, o espanhol, e depois de quatro anos retornou ao Brasil, onde, em 1998, estabeleceu-se na cidade de Guarantã do Norte MT, para trabalhar como gerente de produção da Cooperativa Integral de Reforma Agrária-Braço-Sul/CIRA/BS. Voltou para a aldeia Água Branca, entre 1999 a 2000 e prestou consultoria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais-MST. Nesse mesmo período, começou a trabalhar no apoio administrativo da aldeia e criou a Associação Terena da Aldeia Água Branca/ATAB, tornando-se o seu primeiro Presidente. Em 2001, foi chamado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS, IDATERRA, para se tornar gestor de processos na Gerência de Assuntos Indígenas e Quilombolas, no intuito de contribuir com a discussão da Política Indigenista neste Estado. Depois fez parte da equipe técnica do Programa Pantanal para trabalhar em projetos de desenvolvimento socioambiental em terras indígenas, na Bacia do Alto Paraguai/MS. Foi vereador pela cidade de Nioaque, Diretor Regional da FUNAI em Campo Grande, bolsista internacional da Fundação Ford, meio pelo qual ingressou no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. E em 2006 concluiu o seu mestrado intitulado: “Territorialidades e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS”.

desenvolvimento local em comunidades Terena de MS”⁶⁵. Entre as abordagens estabelecidas por Miranda, duas são particularmente importantes para pensar as ações dos Terena em suas aldeias e fora delas também. Uma consiste nas relações de disputas entre as lideranças para o controle da aldeia, que perpassam pela disputa de conhecimento, tanto o tradicional- aquele que implica no conhecimento dos códigos que os regem e por isso orienta sua conduta perante o grupo- quanto aquele adquirido nas universidades, nos cursos de graduação e pós-graduação, pois esses significam a apropriação do conhecimento produzidos sobre eles. O autor em foco afirma que ambos são importantes para o exercício da liderança, já que eles permitem o seu posicionamento frente às disputas e reivindicações junto ao Estado brasileiro. As experiências adquiridas fora das aldeias são valorizadas pelos Terena e significam a apropriação de novos códigos, sendo, portanto, mais um veículo para suas reivindicações, como já demonstraram os trabalhos mencionados anteriormente.

Outra abordagem significativa de Miranda para pensar a trajetória Terena foi o estabelecimento de uma nova linha do tempo para se refletir sobre suas ações desenvolvidas em contextos contemporâneos. A partir da linha do tempo proposta por Bittencourt e Ladeira,⁶⁶ que consiste nos Tempos Antigos: saída do Chaco paraguaio; Tempos de Servidão: perdas dos territórios depois da Guerra do Paraguai, trabalhos nas fazendas; e Tempos Atuais, estabelecidos em reservas, Miranda propôs uma quarta linha, que denominou de “Tempo do Despertar”. Definiu-a como o interesse e a apropriação de novos códigos que permitem aos Terena se inserir nos espaços que antes não eram ocupados por eles, na economia regional, em cargos públicos, em funções de profissionais liberais e estudantes universitários, meio pelo qual os Terena buscam compreender a ciência dos não índios, para estabelecerem novas formas de sobrevivência sociocultural.

Dessa maneira, cada vez mais vão se integrando com a sociedade nacional, seja por meio de seu ingresso nas universidades, na participação política e nas mobilizações pela demarcação dos seus territórios, tornando-se cada vez mais índios conscientes de sua história, apropriada e ampliada para a garantia de direitos junto ao Estado brasileiro.

⁶⁵ MIRANDA, Claudionor do Carmo. **Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) UCDB, Campo Grande, 2006.

⁶⁶ BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. **A história do Povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.

Esses fatores vivenciados pelos Terena demonstram o desenvolvimento do seu “Tempo do Despertar”, ou seja, elaborando e reelaborando táticas, através dos conhecimentos adquiridos e das redes que estabeleceram para apoiar e incentivar suas reivindicações e realizar suas conquistas.

A esses trabalhos, soma-se o de Eliane Gonçalves de Lima⁶⁷: “A pedagogia Terena e a criança do PIN Nioaque: as relações entre a família, comunidade e escola⁶⁸”, em 2008. Lima estabeleceu como objetivo observar e registrar os processos próprios de aprendizagem no contexto da pedagogia Terena, assim como os fatores que contribuem para a construção dessa pedagogia nos espaços em que a criança⁶⁹ circula, seja no núcleo familiar, na aldeia e na escola. Definiu por pedagogia Terena os processos próprios de aprendizagem entre esses índios, sendo eles transmitidos pela oralidade, pelo respeito mútuo, pela influência dos meios familiar, comunitário e escolar.

Novamente encontra-se a escola como mecanismo de produção e reprodução da pedagogia Terena, sendo nesse espaço escolar que eles elegem o que é prioridade para ser ensinado aos alunos, de acordo com a sua pedagogia e, sendo a oralidade uma das mais importantes por fazer parte da sua identidade étnica, ela é reforçada cotidianamente pela escola.

A valorização do conhecimento tradicional dos mais velhos no que se refere à liderança, aos domínios dos códigos indígenas, também está presente nos ensinamentos sobre tratamentos de saúde repassados pelas mulheres, pelas parteiras que, embora, não realizem mais os partos dentro das aldeias, ainda cabem a elas os cuidados com a mãe e a criança; são elas que ensinam como cuidar, de acordo com a educação Terena sendo também responsáveis por manter a pedagogia Terena.

⁶⁷ Índia Terena, com relações de parentesco na Terra Indígena de Nioaque, que sempre viveu na cidade e estudou em escolas públicas e particulares com bolsa de estudo fornecida pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima/RFFSA, empresa na qual seu pai trabalhava. Casada com não índio, é professora da rede pública de ensino. Em 2006, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco e, em 2008, concluiu sua pesquisa: “A pedagogia Terena e a criança do PIN Nioaque: as relações entre a família, comunidade e escola”.

⁶⁸ GONÇALVES DE LIMA, Eliane. **A pedagogia Terena e a criança do PIN Nioaque: as relações entre família, comunidade e escola.** Dissertação (Mestrado em Educação), UCDB, Campo Grande, 2008.

⁶⁹ Sobre outro significativo trabalho de pesquisa que privilegiou as crianças Terena ver: CRUZ, Simone de Figueiredo. **A criança Terena o diálogo a educação indígena e a educação escolar na aldeia Buriti.** Dissertação (Mestrado em Educação) UCDB, Campo Grande, 2009; ANTONIO, Nilza Leite. **Raízes na Língua: identidade e rede social de crianças Terena da escola bilíngue da aldeia Bananal.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) UCDB, Campo Grande, 2009.

Assim pode-se afirmar que os registros desses estudos demonstram a considerável produção existente sobre os Terena, orientada pelas novas abordagens que permitem reconhecê-los como sujeitos plenos de seus processos históricos. Além disso, os próprios Terena, sujeitos dessa investigação, por meio das suas pesquisas realizadas dentro das aldeias, demonstram o que deve ser registrado de acordo com as ciências dos não índios e elegem suas prioridades a partir da terra. Dessa forma, recuperam vivências, histórias, memórias, experiências junto à sociedade envolvente, estabelecem táticas; entre elas, destaca-se o seu envolvimento com a escola, com a universidade, fortalecendo politicamente a aldeia, lugar que reconhece e possibilita suas ações na busca por seus direitos históricos. É diante de sua identidade indígena que apontam novas perspectivas, para compreender esse processo.